REGISTRO
SINDÁGUA-MG
2006
23/junho
Nº144
CUT
Sind. dos Trab. Ind.de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

Categoria rejeita intransigência da Copasa

PARALISAÇÃO

Dia 28/junho em todo o Estado

Com Assembléias lotadas na portaria da Copasa, em Belo Horizonte, e em todo o Estado, os trabalhadores, em decisões unânimes, rejeitaram a proposta da empresa e solicitaram a imediata retomada de negociações mais respeitosas do Acordo Coletivo.

A categoria condenou a intenção da direção da empresa em acabar com a cesta básica de R$ 180,00 e de reduzir o valor global da alimentação (tíquete mais cesta) de R$ 444,00 para R$ 360,00.

Os trabalhadores mantêm a luta pelo repasse aos salários da produtividade alcançada nos resultados operacionais da Copasa. O crescimento da produtividade, medida pelo aumento da receita operacional líquida, é de 19,32%. A empresa faz vista grossa e não repassa para os salários este resutado do esforço dos trabalhadores. A própria empresa reconheceu o crescimento do lucro líquido em 14,07%, mas em vez de aplicar este cálculo sobre os salários, tenta achar o impacto calculando-o sobre o INPC de 3,34%. Mesmo assim, o minguado resultado de 0,47% ainda seria repassado para famigerada GDI. Ao mesmo tempo, a categoria luta pela discussão aberta de todas as reivindicações, buscando a recuperação salarial de 9,33%, elaboração do PCCS e parâmentos honestos no cálculo da PL e GDI, política de saúde e segurança no trabalho, piso salarial e garantia de emprego

A assembléia na capital teve a presença de parlamentares, destacando-se as manifestações dos deputados estaduais Jô Moraes, Rogério Corrêa e Elisa Costa, do presidente da CUT, Lúcio Guterrez, o ex-delegado do Trabalho (DRT-MG), Carlos Calazans. Os deputados denunciaram a tentativa da direção da Copasa e do governo do Estado de aprovar o projeto de DIVISÃO DA COPASA EM CINCO EMPRESAS a "toque de caixa" na Assembléia Legislativa. O projeto apresentado na Assembléia ameaça sérios prejuízos para a população e teríamos penalizados principalmente municípios mais pobre que correm o risco de perder os benefícios da política de subsídios cruzados. A universalização do saneamento, com este projeto, pode ser enterrada de vez e a Copasa daria um passo gigantesco para a PRIVATIZAÇÃO. A mobilização contra estas ameaças não é de responsabilidade apenas dos trabalhadores, mas de toda a sociedade.

Decisões dos trabalhadores

1- Retorno imediato das negociações entre as comissões de trabalhadores e patronal
2- Acionar a DRT, Ministério Público do Trabalho, Assembléia Legislativa e Palácio do Governo
3- Mobilização de deputados estaduais em favor das negociações da categoria e para se posicionarem contra o esfacelamento da Copasa.
4- Denúncia pública contra medidas administrativas que podem prejudicar a população. Distribuição de comunicado alertado a população.
5- Paralisação das atividades, mantendo-se no local de trabalho, no próximo dia 28, de 8 às 12 horas
6- Mobilizar meios de comunicação sobre as distorções e perdas dos objetivos sociais da Copasa

Lutamos pelos nossos direitos e defesa da Copasa!

Qual Copasa vai sobrar desta diretoria?

Quando foi designada a Comissão de Negociação da Copasa, para discutir as reivindicações da categoria com os sindicatos (SINDÁGUA, Senge, Saemg e Rodoviários), os profissionais que serviriam aos argumentos da empresa certamente foram informados de que eles não teriam qualquer autonomia para discutir as propostas.

Efetivamente, não foram discutidos e negociados pontos para uma proposta de acordo. Os representantes da empresa ficaram rigorosamente calados e apenas escutavam a sua coordenadora ler alguma página já feita em gabinete. Não houve negociação. Os representantes da empresa pareciam humilhados, apenas como portadores de "recados" da direção da empresa.

Mais importante ainda, qualquer solicitação por parte dos sindicatos, a informação era imediata: depende do presidente Márcio Nunes. A impossibilidade da negociação estava presa na vontade do presidente da empresa.

Outro grande problema começou a circular. A Copasa procurou orientar os gerentes a esparramarem informação de que aquela seria a última proposta e que, caso não fosse aceita, o acordo iria para dissídio coletivo na Justiça. A tentativa era a de confundir ou amedrontar os trabalhadores, com uma indicação autoritária e que não reflete a verdade. O fechamento de uma Acordo só pode acontecer dentro de um clima de respeito mútuo e de reciprocidade de interesses. Os trabalhadores não solicitam nenhum exagero. Manutenção de direitos e defesa de salários justos não significa estar contra a empresa ou sua direção.

O clima provocado pela direção da empresa é nitidamente desonesto e tenta perturbar o equilíbrio dos trabalhadores.

Não se pode admitir também que diretores e gerentes "da casa" fiquem alheios aos graves acontecimentos que deterioram os relacionamentos entre a empresa e os trabalhadores. Esperamos que, como conhecedores da empresa, como companheiros de trabalho e que permanecerão na empresa, tomem uma atitude de responsabilidade, de alertar para os erros de uma política administrativa que desconstrói algo que levou décadas para firmar o grande nome desta empresa.

Devemos ainda procurar e apelar ao governador do Estado contra a dilapidação de um patrimônio social, que penalizará a população, que busca lucros em grotões de pobreza, privando-os do sagrado direito ao saneamento universalizado.

A COPASA é do povo e para o povo deve ser administrada!

VAMOS ENGROSSAR NOSSA LUTA!